



CERTIDÃO DE REGISTRO DE OCORRÊNCIA

Nº 01575.01.2018.1.00.420

CERTIFICO, em razão de meu ofício e a requerimento verbal de pessoa interessada, o Registro de Ocorrência Policial Nº 01575.01.2018.1.00.420, cujo teor agora passo a transcrever na íntegra: À(s) 11:53 horas do dia 17 de agosto de 2018, na cidade de João Pessoa, no estado da Paraíba, e nesta Delegacia Especializada de Acidentes de Veículos da Capital, sob responsabilidade do(a) Delegado(a) de Polícia Civil Alberto Jorge Diniz e Silva, matrícula 1331957, e lavrado por Fabiana de Lima Bezerra, Agente de Investigação, matrícula 1819003, ao final assinado, compareceu **Alessandra Sancelcia da Silva**, CPF nº 071.966.484-55, nacionalidade brasileira, estado civil solteiro(a), identidade de gênero feminino, profissão Gari, filho(a) de Maria Salete da Silva e Não Declarado, natural de Recife/PE, nascido(a) em 29/09/1991 (26 anos de idade), residente e domiciliado(a) no(a) Rua Silvano Soares Ferreira, Nº 363, complemento JACUMÃ, bairro Centro, tendo como ponto de referência Perto da Barraca de Zé Rosa, na cidade de Conde/PB, telefone(s) para contato (83) 98710-6734.

Dados do(s) Fatos:

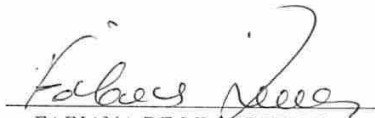
Local: Rua do Japonês, Jacumã, Perto do Restaurante Japonês, Conde/PB, bairro Centro; Tipo do Local: via/local de acesso público (rua, praça, etc); Data/Hora: 14/04/18 22:40h. Tipificação: em tese, capitulada no(s) **LESÃO ACIDENTAL DE TRÂNSITO.**

E NOTIFICOU O SEGUINTE:

Que conduzia a MOTOCICLETA YAMAHA/FACTOR YBR125 K, PRETA, 2010/2010, PLACA NQD7539/PB, CHASSI 9C6KE1220A0143865, registrada em nome de RICARDO GOMES DA SILVA, quando perdeu o controle ao passar por uma lombada vindo a cair ao solo; Que devido ao fato veio a lesionar-se conforme CERTIDÃO Nº 0892/2018, EXPEDIDO PELA DRª SÔNIA MARIA MACIEL PONTES DE OLIVEIRA, CRM/PB 2959, DATADO DE 25.06.2018, do Complexo Hospitalar de Mangabeira; Que foi socorrida por uma ambulância do Conde e levada para o Pronto Atendimento Jarbas Maribondo sendo transferida no dia seguinte para o Complexo Hospitalar de Mangabeira; Que no momento não tem testemunhas a indicar.

Sendo o que havia a constar, cientificado(a) o(a) declarante das implicações legais contidas no Artigo 299 do Código Penal Brasileiro, depois de lida e achada conforme, expeço a presente Certidão. A referida é verdade. Dou fê.

João Pessoa/PB, 17 de agosto de 2018.


FABIANA DE LIMA BEZERRA
Agente de Investigação


ALESSANDRA SANCELSCIA DA SILVA
Noticiante
COMPREV SEGUROS E PREVIDÊNCIA S/A.
08 JAN, 2019
PROTOCOLO
AG. JOÃO PESSOA

Procedimento Policial: 01575.01.2018.1.00.420





CAGEPA
COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DA PARAÍBA
Rua Feltreano Cirne, 220 - Jaguaribe João Pessoa - PB
CEP: 58.015-570 - CNPJ: 09.123.654/0001-87

PARA CONTATO COM A CAGEPA,
INFORME ESTE NÚMERO
MATRÍCULA
10806709
REFERÊNCIA
OUT/2018

CONTA DE CONSUMO DE ÁGUA/ESGOTO E SERVIÇOS

MARIA SALETE DA SILVA
RUA SILVANO S FERREIRA, 363 - JACUMÁ I CONDE PB
58322-000

Inscrição		SMI	Quantidade de Economias				Responsável
			Residencial	Comercial	Industrial	Público	
016.001.105.0080.000		000	1	0	0	0	
Hidrômetro	Data de Instalação	Localização	Situação Água	Situação Esgoto			
Y09S033881	17/02/2009	EXT LACR	LIGADO	POTENCIAL			
ANTERIOR		ATUAL	CONSUMO (M3)		NUM DE DIAS		PROXIMA LEITURA
604		617	13		29		18/11/2018
HIST. CONS./ANOR. LEIT. QUALID. ÁGUA-ANEXO 20 PORT. 05/2017 MS.							
SET/2018		21	PARÂMETROS		EXIG.	ANÁLIS.	CONFORMES
AGO/2018		3	9		TURBIDEZ	0	0
JUL/2018		3	9		CLORO	0	0
JUN/2018		3			COL. TERMOT	0	0
MAI/2018		4			COR	0	0
ABR/2018		1			COL. TOTAIS	0	0
MEDIA(M)		5	DADOS REFERENTES A: AGO/2018				

DATA DA IMPRESSÃO: 19/10/2018
HORA DA IMPRESSÃO: 09:47:24

DESCRICAÇÃO	CONSUMO	TOTAL (R\$)
ÁGUA		
RESIDENCIAL 1 UNIDADE(S)	10 M3	37,91
ATE 10 M3 - 37,91 POR UNIDADE	3 M3	14,67
11 M3 A 20 M3 - R\$ 4,89 POR M3		
ESGOTO		

PS: APLICATIVO
06-11-18
hs. 18:47.05

VALOR APROXIMADO DE TRIBUTOS: R\$ 4,86 PIS E CONFINS. LEI 12.741/12

VENCIMENTO: 01/11/2018
Total a Pagar: R\$ 52,58



CONDIÇÃO DE LEITURA: REALIZADA
CONDIÇÃO DO FATURAMENTO: REAL

TIPO DE TARIFA: 1

INFORMAÇÕES GERAIS:

"QUANDO A INFANCIA E PERDIDA, NÃO TEM JOGO GANHO"



MATRÍCULA	REFERÊNCIA	VENCIMENTO	TOTAL A PAGAR
10806709	OUT/2018	01/11/2018	R\$ 52,58

82600000000 8 52580010016 2 01080670901 9 10201890003 9



PROTOCOLO
AG. JOÃO PESSOA



Assinado eletronicamente por: ALEXANDRA CESAR DUARTE - 23/04/2019 19:25:41

<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19042319240164800000020175098>

Número do documento: 19042319240164800000020175098



CERTIDÃO

Nº. 0892/2018

EV

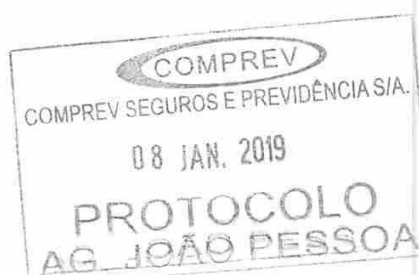
Atendendo solicitação de MARIA CINTHIA GRILO DA SILVA de acordo com buscas procedidas no Serviço de Arquivo Médico e Estatística – SAME do Complexo Hospitalar Mangabeira Governador Tarcísio Burity, certifico a constatação da Ficha de atendimento ambulatorial Nº120087 e Prontuário nº 2018.04.002109, pertencentes a **ALESSANDRA SANCLECIA DA SILVA** que foi atendida dia 15/04/2018 às 01h47min, vítima de queda de moto, apresentando trauma em tornozelo esquerdo e ferimento corto contuso em calcâneo.

Submetida a avaliação médica e exame de imagem que não evidenciou fratura. Realizado sutura simples. Medicado e liberado.

E para constar eu, Sônia Maria Maciel Pontes de Oliveira, Médica da Vigilância à saúde, dato e assino a presente certidão.

João Pessoa, 25 de Junho de 2018

Médica da Vigilância à Saúde
CRM/PB 2959



CERTIDÃO

Nº. 1626/2018

Atendendo solicitação de MARIA CINTHIA GRILO DA SILVA de acordo com buscas procedidas no Serviço de Arquivo Médico e Estatística – SAME do Complexo Hospitalar Mangabeira Governador Tarcísio Burity, certifico a constatação de Ficha de Atendimento Ambulatorial nº 121132 e Prontuário nº 2018.04.002109 pertencentes a **ALESSANDRA SANCLECIA DA SILVA** que foi atendida dia 18/04/2018 às 11H01min, apresentando trauma em tornozelo esquerdo.

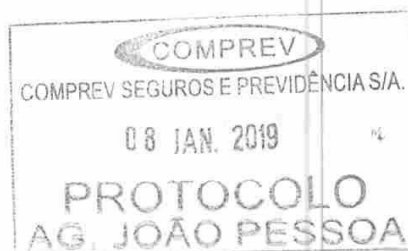
Submetida avaliação física e exame de imagem que evidenciou lesão infectada. Realizado procedimento cirúrgico dia 29/04/2018, 21/05/2018 com alta médica dia 30/05/2018.

E para constar eu, Rosângela Medeiros Escorel Almeida, Médica da Vigilância à saúde, dato e assino a presente certidão.

João Pessoa, 12 de dezembro de 2018

Rosângela M. Escorel Almeida
Médica da Vigilância à Saúde
CRM-PB 3883

Médica da Vigilância à Saúde
CRM/PB 3883



VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 3.297.200 -2 VIA DATA DE EXPEDIÇÃO 01/04/2013

NOVE ALESSANDRA SANCLECIA DA SILVA

FILIAÇÃO MARIA SALETE DA SILVA

NATURALIDADE DATA DE NASCIMENTO 29/09/1991

RECIFE-PE

DOC ORGEM

NASC.N.24809 FLS.135 LIV.A80

CARTORIO MORENO-PE

071.966.454-55

João Pessoa - PB

ASSINATURA DO TITULAR

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DA PARAIBA

SECRETARIA DA SEGURANÇA E DA DEFESA SOCIAL V-02

INSTITUTO DE POLÍCIA CIENTÍFICA P-917

DEPARTAMENTO DE IDENTIFICAÇÃO

Alessandra Sanclecia da Silva

ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIFICAÇÃO



Duarte e Silva Advogados Associados

Rua Agente F. Jose Costa Duarte, 157/sala 05 - Mangabeira, João Pessoa/PB
(83) 98832-9676. (83) 99705-5363. (83) 98660-2858.

PROCURAÇÃO "AD - JUDICIA ET EXTRA"

OUTORGANTE:

CONTRATANTES:

NOME Alexsandra Sangelcia da Silva TELEFONE _____
ESTADO CIVIL Solteira PROFISSÃO Adv.
CPF 071.966.484- RG 3297200 ENDEREÇO Rua Silvano
Souza Fereira nº363 Jacumã I Conde - PB

Pelo presente instrumento de procuração, nomeia e constitui seus procuradores, Pelo presente instrumento de procuração, nomeia e constitui seus procuradores, **JOSÉ EDUARDO DA SILVA OAB/PB 12.578**, e **ALEXANDRA CESAR DAURTE OAB/PB 14.438** com escritório profissional sito à Rua Agente F. Jose Costa Duarte, 157/sala 05, Mangabeira, João Pessoa, Paraíba.

Ficam conferidos a ele(s), amplos poderes para praticar todos os atos de processos judiciais e extrajudiciais de representação e defesa em qualquer Juízo, instância ou tribunal, perante quaisquer pessoas de direito público, seus órgãos, ministérios, desdobramentos e repartições de qualquer natureza, inclusive autarquias e entidades paraestatais, quaisquer pessoa jurídica de direito privado, sociedade de econômica mista ou pessoa física em geral, outorgando poderes para: receber citação inicial, confessar, reconhecer a procedência do pedido, desistir, transigir, assinar documentos, firmar compromissos ou acordos, receber e dar quitação, inclusive levantar/receber alvarás judiciais, conjunta ou separadamente, junto aos cartórios do poder judiciário deste Estado, podendo ainda, substabelecer esta a Outrem, com ou sem reservas de iguais poderes, dando tudo por bom, firme e valioso sempre no interesse do outorgante.

GRATUIDADE JUDICIÁRIA

Declara ainda o outorgante que é necessitado na forma da Lei, cuja situação econômica não lhe permite pagar custas e honorários sucumbenciais, sem prejuízo do seu sustento ou da sua família, e, portanto, solicita os benefícios da JUSTIÇA GRATUITA.

João Pessoa - PB, 20 de Abril de 2019

(OUTORGANTE) Alexsandra Sangelcia da Silva





Buscar no site

A COMPANHIA SEGURO DPVAT PONTOS DE ATENDIMENTO (Pontos-de- Atendimento) CENTRO DE DADOS E ESTATÍSTICAS SALA DE IMPRENSA TRABALHE CONOSCO CONTATO

Seguro DPVAT
Acompanhe o Processo de Indenização

Todos os documentos apresentados, não importando o ponto de atendimento escolhido para a entrega, são encaminhados 30 dias a contar da data de entrega da documentação completa.

SINISTRO 3190020440 - Resultado de consulta por beneficiário

VÍTIMA ALESSANDRA SANCLECIA DA SILVA

COBERTURA Invalidez




PONTO DE ATENDIMENTO RECEPTOR DO PEDIDO DE INDENIZAÇÃO Comprev Previdência S/A-Filial João Pessoa - PB

BENEFICIÁRIO ALESSANDRA SANCLECIA DA SILVA

CPF/CNPJ: 07196648455

Posição em 02-04-2019 14:35:02

Seu pedido de indenização foi negado. Enviamos carta, para seu endereço, com mais informações sobre a conclusão da análise c

Histórico das correspondências enviadas		
Data da Carta	Referência	Ver Carta
12/02/2019	Negativa Técnica - Sem sequelas	 (https://sisdpvatdocs.seguradoralider.com.br:8443/api/file/download/tbzXxR+xJrllfpTh0VSPFw==/uFapi_key=hCYm6iGzvmjfElJEWJ0XE8O1zNw1RUIkffFBWomFiiU=)
11/01/2019	Exigência Documental	 (https://sisdpvatdocs.seguradoralider.com.br:8443/api/file/download/avH5XeC4SEDI__EOB6TKuIapi_key=hCYm6iGzvmjfElJEWJ0XE8O1zNw1RUIkffFBWomFiiU=)
11/01/2019	Aviso de Sinistro	 (https://sisdpvatdocs.seguradoralider.com.br:8443/api/file/download/wg8Dj0QcwiDMnQpDRLZGfapi_key=hCYm6iGzvmjfElJEWJ0XE8O1zNw1RUIkffFBWomFiiU=)

Baixe o aplicativo do Seguro DPVAT



(<https://itunes.apple.com/us/app/seguero-dpvat/id1375178092?l=pt&ls=1&mt=8>)



(<https://play.google.com/store/apps/details?id=br.com.seguradoralider.dpvat.plataformadigital>)





Poder Judiciário da Paraíba
9ª Vara Cível da Capital

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7) 0817489-73.2019.8.15.2001

DESPACHO

Vistos, etc.

Defiro pedido de justiça gratuita nos termos do art. 98 do CPC.

Assim, diante da manifestação do autor na inicial, das especificidades da causa e de modo a adequar o rito processual às necessidades do conflito, deixo para momento oportuno a análise da conveniência da audiência de conciliação, nos termos do art. 139, IV do CPC/2015, Enunciado 35 da ENFAM¹ e calcado direito fundamental constitucional à duração razoável do processo e dos meios que garantam sua celeridade de tramitação (art.5º, LXXVIII da CF).

Cite-se a parte Ré, por via postal, para contestar o feito no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Advirta a parte demandada, ainda, de que a ausência de contestação implicará revelia e presunção de veracidade da matéria fática apresentada na petição inicial. A presente citação é acompanhada de senha para acesso ao processo digital, que contém a íntegra da petição inicial e dos documentos. Tratando-se de processo eletrônico, em prestígio às regras fundamentais dos artigos 4º e 6º do CPC, fica vedado o exercício da faculdade prevista no artigo 340 do CPC.

Via digitalmente assinada deste *decisum* poderá servir como mandado.

JOÃO PESSOA, 14 de junho de 2019.

Juiz(a) de Direito

¹Enunciado 35, ENFAM: Além das situações em que a flexibilização do procedimento é autorizada pelo art. 139, VI, do CPC/2015, pode o juiz, de ofício, preservar a previsibilidade do rito, adaptá-lo às especificidades da causa, observadas as garantias fundamentais do processo.

